



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

GABRIELA RIBEIRO DE ALMEIDA

**TRABALHO DOCENTE PRECARIZADO NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DO
DISTRITO FEDERAL**

**BRASÍLIA/DF
2023**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

GABRIELA RIBEIRO DE ALMEIDA

**TRABALHO DOCENTE PRECARIZADO NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DO
DISTRITO FEDERAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Pedagogia da Universidade de Brasília, como exigência parcial para obtenção do grau de licenciada.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Caroline Bahniuk

BRASÍLIA/DF
2023

Rt Ribeiro de Almeida, Gabriela
Trabalho Docente Precarizado nas Escolas da Rede Pública
do Distrito Federal / Gabriela Ribeiro de Almeida;
orientador Caroline Bahniuk. -- Brasília, 2023.
41 p.

Monografia (Graduação - Pedagogia) -- Universidade de
Brasília, 2023.

1. Neoliberalismo. 2. Trabalho docente. 3. Precarização.
4. Professor Temporário. I. Bahniuk, Caroline, orient. II.
Titulo.

TERMO DE APROVAÇÃO

GABRIELA RIBEIRO DE ALMEIDA

TRABALHO DOCENTE PRECARIZADO NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

A candidata foi considerada aprovada pela banca examinadora.

Brasília, 19 de dezembro de 2023.

Prof.^a Dr.^a Caroline Bahniuk –
TEF/FE/UnB
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Caetana Juracy Rezende
Silva – TEF/FE/UnB
Examinadora

Prof. Dr. Wanderson Barbosa dos
Santos – TEF/FE/UnB
Examinador

Prof. Dr. Marcelo Fabiano Rodrigues
Pereira – MTC/FE/UnB
Suplente

*Às professoras e aos professores
da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal*

AGRADECIMENTOS

Tudo o que faço envolve um apoio tremendo dos meus pais e, por isso, sou sempre imensamente grata. À minha mãe, agradeço por sua parceria quase incondicional, sem ela eu não seria absolutamente nada! Ao meu pai, agradeço por todo o suporte, ainda que nem sempre tenha concordado com minhas decisões ou posicionamentos; nunca duvidei de seu amor!

À minha família agradeço pelo carinho e admiração, saibam que são recíprocos. Meu irmão, Gustavo, com sua presença constante e inabalável, é minha força e meu orgulho. Que privilégio é ver você crescer! Meu amado, Victor, que aguarda ansioso a conclusão desta etapa da minha trajetória acadêmica, muito obrigada. Sei que não foi fácil abdicar da minha companhia enquanto eu frequentava as aulas e, mais recentemente, pesquisava e escrevia. Esta conquista não seria possível sem você!

Agradeço aos meus amigos, que a todo tempo me incentivaram e torceram por mim ao longo desta jornada, sobretudo nesta reta final. Sou especialmente grata aos que são professores e contribuíram com minha pesquisa. Aos queridos colegas que trilharam o caminho comigo, muito obrigada — as noites eram tão prazerosas, leves e divertidas por ter vocês ao meu lado!

Finalmente, agradeço aos professores da Faculdade de Educação por terem compartilhado e inspirado tanto. Um reconhecimento super especial à querida professora Caroline Bahniuk, minha orientadora, por toda a atenção e dedicação durante esta pesquisa. Muito obrigada por me acolher e tranquilizar!

RESUMO

O presente trabalho aborda o trabalho docente precarizado nas escolas da rede pública do Distrito Federal. Buscou-se entender que questões sociais, políticas, legais e administrativas permeiam o trabalho docente temporário nas escolas públicas do DF. Utilizando revisão bibliográfica, analisaram-se as mudanças no mundo do trabalho no contexto do capitalismo contemporâneo e seus impactos no trabalho docente. Fez-se um resgate histórico da realidade econômica brasileira, e das peculiaridades do trabalho docente, conectando a realidade do país com a questão do professorado precariado. Verificaram-se os números de docentes efetivos e temporários na rede pública do DF atualmente e analisaram-se as garantias existentes para os profissionais contratados de maneira temporária. Finalmente, indicamos possíveis futuros cenários relativos ao corpo docente da rede.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Trabalho docente. Precarização. Professor Temporário.

ABSTRACT

This study addresses the precariousness of the teaching work in public schools in the Federal District of Brazil (FD). We sought to understand what social, political, legal, and administrative issues permeate temporary teaching work in public schools in the FD. Through literature review, the changes in the world of work in the context of contemporary capitalism and its impacts on teaching work were analyzed. A historical overview of the Brazilian economic reality and the peculiarities of the teaching work was provided, connecting the country's reality with the issue of precarious teaching. The numbers of permanent and temporary teachers in the public network of the FD were verified, and the guarantees for professionals hired on a temporary basis were analyzed. Finally, possible future scenarios related to the teaching staff of the network were indicated.

Keywords: Neoliberalism. Teaching work. Precariousness. Temporary Teacher.

SUMÁRIO

MEMORIAL.....	10
ARTIGO.....	17
INTRODUÇÃO.....	17
1. DO CENÁRIO MACRO AO PROFESSOR TEMPORÁRIO.....	19
1.1 Transformações do mundo do trabalho.....	19
1.2 Realidade Econômica Brasileira.....	22
1.3 Peculiaridades do trabalho docente.....	27
1.4 Professorado precariado.....	28
2. UM OLHAR ATENTO SOBRE A REALIDADE NO DISTRITO FEDERAL.....	30
2.1 Último processo seletivo para contratação de professores temporários.....	30
2.2 Quantitativo e funções dos professores temporários.....	32
2.3 Impactos do professorado precariado na educação.....	33
2.4 Provável cenário para o ano de 2024.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS.....	37

MEMORIAL

Me chamo Gabriela Ribeiro de Almeida e sou carioca da Clara. Depois de mudar para Brasília, descobri que “carioca da gema”¹ é quem nasce na cidade do Rio de Janeiro de pai e mãe também cariocas. Como minha mãe é nascida em Goiânia e o nome da minha avó paterna era Clarice, ficou a piada interna da família de que eu e meu irmão somos cariocas da Clara. A propósito, a ela e às outras mulheres da minha família devo muito de quem eu sou e, muito embora hoje as avós não estejam mais aqui, gosto de pensar que se orgulhariam da mulher que me tornei e das escolhas que fiz. A principal escolha certamente foi voltar à Universidade de Brasília para estudar Pedagogia, afinal ambas avós foram normalistas.

Minha escolha partiu da pergunta “o que você faria se não precisasse se preocupar com as contas a pagar?”. À época, eu estava há mais de dois anos trabalhando como professora voluntária de Inglês no projeto Inglês na Estrutural e já tinha, inclusive, assumido, em conjunto com outras amigas voluntárias, a coordenação acadêmica. A constatação de que eu continuaria empenhada em ensinar jovens e em aprender com eles e, portanto, deveria seguir esse caminho profissionalmente fez tanto sentido que eu consegui estabelecer correlações com diversos momentos da minha vida, desde criança, em que a escola ou a educação me fizeram brilhar os olhos.

Desde o famoso “brincar de escolinha” até ser voluntária no Inglês na Estrutural, eu havia passado por um período relativamente longo, aos 7 ou 8 anos, de obsessão em desenhar planta-baixa de escolas, com espaços diversos para além da sala de aula; compartilhado devaneios de abrir uma escola com pelo menos 2 amigos diferentes; e participado do projeto de extensão Universitários Vão à Escola durante minha primeira graduação, em Direito, também na UnB.

Hoje, vejo como o amor por um ideal de educação me moveu. Não tardou para eu entender que não se é professor por amor. É inegável a importância de ter gosto pela profissão e mesmo um desejo avassalador de fazer a diferença. Contudo, amor não paga contas — e com elas eu (e todas as professoras e os professores do país e do mundo) ainda preciso me preocupar!

¹ O site Meu lugar no Rio esclarece que a expressão “da gema” tem a ver com o fato de o indivíduo ser carioca desde antes de nascer, ou seja, ser filho de pais cariocas. A gema é a parte mais nobre do ovo, assim como o carioca da gema seria o mais autêntico representante da cultura e do jeito de ser do Rio de Janeiro.” (<https://www.meulugarnorio.com.br/o-que-significa-carioca-da-gema/>).

É lugar comum falar em como professores são desvalorizados no Brasil. Porém eu só senti a desvalorização na pele quando comecei a trabalhar com carteira assinada e estudar Pedagogia. O mundo do trabalho sempre me interessou (a monografia apresentada à Faculdade de Direito tratava da recuperação judicial da VARIG e seus impactos para os trabalhadores da antiga companhia aérea). Logo, não é de surpreender que, mais uma vez, o mundo do trabalho tenha me compelido a pesquisar e escrever. Na verdade, não é propriamente o mundo do trabalho que me interessa, mas os trabalhadores. Neste caso, os professores.

Antes, porém, ainda me resta tratar da minha trajetória acadêmica. Aprendi a ler e escrever no colégio ABEU, na Ilha do Governador, Rio de Janeiro. Trago boas recordações daquela época, embora não muitas e tampouco vívidas. Adorava o ambiente, com salas de aulas amplas e com grandes janelas. Havia também bastante espaço para recreação, incluindo uma “casinha” relativamente grande e cujas paredes eram de alvenaria, uma piscina rasa e gramado. Talvez tenha sido a escola mais bonita e de melhor estrutura física que frequentei, embora por poucos anos. Uma lembrança curiosa é a do cheiro e cores das tarefas, copiadas da original com mimeógrafo.

No ano seguinte, mudamos de bairro em função do trabalho do meu pai e, com isso, mudei de escola. Ingressei na PIUI - Pedagogia Inovadora do Universo Infantil, onde estudei do atual 2º ao 5º anos. Era uma escola pequena, adaptada em uma casa de bairro antiga. Havia poucos alunos e 2 turmas para cada série, uma a cada turno. Lembro de todas as professoras e quase todos os seus nomes. Acredito que o tamanho da escola e o conseqüente número de pupilos possibilitava uma relação mais próxima das professoras com as crianças e também entre os estudantes.

Desta época de anos iniciais do Ensino Fundamental já trago registros mais significativos. Me recordo de uma vez ter ficado em sala de aula durante o recreio, pois não havia terminado uma das tarefas. A propósito de castigos, era frequente as professoras designarem uma das crianças, geralmente das mais comportadas, para registrar o nome de quem conversasse no quadro quando precisavam se ausentar da sala de aula por algum motivo. Foi talvez a primeira experiência de oprimido-querer-virar-opressor que experimentamos. Apenas a adolescência trouxe ares questionadores, pelo menos para mim, que sempre fui uma criança cordata que

ouvia e respeitava os adultos. Aliás, eu almejava o reconhecimento e afeto das professoras, como é comum nesta idade.

Na segunda metade do Ensino Fundamental, meus pais me matricularam no Colégio Pentágono, grande e conhecido tanto no bairro como nas adjacências pela preparação forte para os exames de vestibular. A transição foi tremenda, a começar pelo tamanho: o Colégio ocupava a maior parte de um quarteirão e havia várias turmas de uma mesma série, com algo entre 50 e 60 estudantes por sala de aula. Apesar disso, não foi uma adaptação difícil ou traumática para mim, enfrentei o desafio animada. O fato de haver tantos estudantes por sala significava que os professores não sabiam os nomes de todos nós.

Lá não éramos considerados em nossa individualidade, éramos preparados para um bom desempenho nas avaliações. Aliás, havia um infeliz “quadro de honra”, pura essência da meritocracia, onde eram exibidos os nomes dos estudantes com melhores notas a cada bimestre. À época, eu desejava e me dedicava para figurar entre os dez primeiros nomes da turma e da série (esse último bem mais difícil de conseguir mas que conquistei algumas vezes). Para citar mais um exemplo, no 2º ano, havia apenas uma turma “especial”, que tinha aula no mesmo prédio e com os mesmos professores do 3º ano. Logicamente, para os estudantes aplicados como eu e meus melhores amigos, a meta durante todo o 1º ano do Ensino Médio era obter boas notas para ser alocado naquela turma.

Sinto ser devido um esclarecimento: eu adorava meu colégio, os amigos, e alguns professores. Até gostava do uniforme! Ir à escola era prazeroso, ainda que ao alcançar o Ensino Médio eu já estivesse cansada de tanto estudar. Não serei hipócrita de dizer que o sucesso no vestibular, incluindo o esforço árduo da rotina de provas e preparação para os exames, não era o que eu e minha família desejávamos. Na verdade, recebi minha aprovação na Faculdade Nacional de Direito da UFRJ com muita alegria e orgulho, era justamente onde eu sonhava estudar! Porém, já naquele período eu enxergava problemas na metodologia da escola; depois de estudar Pedagogia, mais ainda.

Trago excelentes recordações de alguns profissionais com quem tínhamos contato. Muitos tinham trajetórias de vida muito bonitas e haviam passado por apertos na época da Ditadura. Aqui cabe um parêntese: como meu pai é militar, era esperado que eu frequentasse o Colégio Militar do Rio de Janeiro. Meu temor do que eu imaginava ser um local de muitas regras e disciplina fez com que eu

implorasse para não estudar lá. Felizmente, meus pais atenderam ao meu pedido. Tenho plena convicção de que minha consciência política começou a tomar forma no Pentágono, graças ao convívio com pessoas de diferentes visões políticas. Ademais, foram anos de estreitamento de laços de amizade importantíssimos na formação do meu caráter, muitos dos quais seguem até hoje.

O ingresso na faculdade de Direito, em 2009, foi um divisor de águas na minha experiência acadêmica. Até então, o acesso aos espaços escolares era limitado; as demandas administrativas, mediadas pelos meus pais; era necessário pedir permissão para sair de sala e atrasos eram penalizados. A universidade proporcionou um grau de liberdade e autonomia nunca antes experimentado. No primeiro semestre, a grade curricular era fechada, mas poder escolher que disciplinas cursar a partir dali foi muito interessante.

Contudo, o começo foi um grande baque. Não havia qualquer familiaridade com as disciplinas estudadas. Houve uma grande quebra de expectativa, inclusive, pois eu imaginava já começar estudando temas super específicos e me deparei com disciplinas de introdução à Filosofia, Sociologia ou Ciência Política, extremamente relevantes, claro. Eu não enxergava assim, entretanto. Queria mesmo era estudar sobre ramos específicos do direito, em especial o Direito Civil.

Eventualmente, com a transferência do meu pai para Brasília, solicitei transferência obrigatória para a UnB no 4º semestre da faculdade, em 2011. Eu não conhecia ninguém em Brasília. Alguns problemas de saúde na família e um terrível caso de acne aguda coroaram este período de adaptação à Brasília como o mais difícil que já vivi. Somente no ano seguinte, quando comecei a participar de um projeto de extensão chamado UVE - Universitários Vão à Escola, é que fiz amizade e fui ganhando confiança para me enturmar com outras pessoas. Aqui devo mencionar colegas também transferidas — somente nós compreendíamos as dificuldades de “cair de paraquedas” na Faculdade de Direito. A partir de então, a trajetória foi mais feliz e leve, não só acadêmica como pessoalmente também.

A mudança para Brasília tornou possível um estágio no Itamaraty, mais especificamente na Divisão do Mercosul para o Comércio (DMC). Foi o meu primeiro estágio remunerado e uma experiência muito significativa para mim profissionalmente. Fui muito bem recebida e reconhecida pelo meu profissionalismo e carisma. Entretanto, muito embora a diplomacia tivesse sido meu sonho até aquele momento, a burocracia que presenciei me desiludiu. Então fiquei órfã de carreira a

almejar. Não havia buscado o Direito pelo amor às carreiras, mas pelo prestígio do curso e formação sólida que me traria para adentrar no Instituto Rio Branco. Assim, já na metade do curso eu me vi desgostosa com o Direito e, contudo, sem ideia de que outro curso buscar. Levei os estudos adiante, aliando com outras experiências de estágio, agora no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e em escritório de advocacia, na tentativa de ver despertar gosto por alguma outra profissão. Me dediquei também a conseguir um intercâmbio, tendo sido aprovada no processo seletivo para bolsistas do programa Santander Universidades em 2013. Estudei Direito e História na Universidade do Porto durante o primeiro semestre de 2014. Como o ponto alto da experiência foi a parte social, vou apenas mencionar o intercâmbio neste Memorial.

Enfim, minha formatura ocorreu em setembro de 2015, mesmo ano em que passei na OAB e enveredei na saga concursária. No ano seguinte, iniciei uma pós-graduação na Escola Superior do Ministério Público (FESMPDFT). Levei a pós juntamente com estudos para alguns concursos para carreiras jurídicas e eventuais atuações esporádicas como advogada autônoma. Não havia paixão, portanto o empenho era muito aquém do necessário para ser aprovada nesses processos seletivos, disputadíssimos. Uma das amizades que fiz por passar as tardes estudando na biblioteca certa vez comentou sobre um projeto no qual ela era voluntária, o Inglês na Estrutural.

Talvez este seja o momento de comentar sobre meu primeiro intercâmbio, em 2010, ainda no começo da faculdade. Desde adolescente eu nutria o desejo de estudar Inglês em outro país. Então, já adulta e estudante universitária, fui recebida por um semestre pelo meu tio e sua família, que moravam próximo a Cambridge, na Inglaterra, para onde me deslocava de bicicleta e trem até uma escola de idiomas. Foi a realização de um sonho e um período de muitos aprendizados. Ao final dos meus estudos, fiz uma prova de proficiência da Universidade de Cambridge, hoje chamada “C1 Avançado”, alcançando a nota B.

Meu voluntariado no Inglês na Estrutural foi engrandecedor e me abriu os olhos para uma mudança de carreira. Olhando para trás, vejo que ser professora sempre esteve nos meus horizontes porém me faltava coragem para assumir a escolha. Quando decidi me inscrever no Enem e no Vestibular da UnB foi como se um peso saísse das minhas costas. Estudar para concursos não me trazia felicidade e me fazia sentir uma farsa e um estorvo para a minha família. Em 2019, eu passei no Vestibular para Pedagogia Noturno na UnB e, dez anos depois de ingressar na

Faculdade de Direito, comecei meus estudos na Faculdade de Educação. No mesmo segundo semestre daquele ano, eu fui contratada pela Casa Thomas Jefferson como professora trainee.

Na Faculdade de Educação tive o privilégio de conviver com colegas mais novos, sua energia e sua empolgação com a universidade. Igualmente, não me senti um peixe fora d'água, já que havia pessoas da minha idade ou mesmo mais velhas também em sua segunda graduação. Felizmente, tivemos um bom período de contato antes dos anos de distanciamento social e aulas online que a pandemia de Covid-19 provocou. Não é preciso dizer como foi um período complicado durante o qual a nossa motivação foi tantas vezes abalada. Tenho certeza de que não teria conseguido levar o curso adiante sem o companheirismo e a amizade dos colegas de turma.

Por já trabalhar como professora de Inglês, não fiz nenhum estágio remunerado. Os três semestres de estágio obrigatório em estabelecimentos educativos foram realizados em instituições da rede pública de ensino, uma de Educação Infantil e outras duas de Ensino Fundamental - Anos Iniciais. Haja vista a alteração de calendário letivo da UnB por conta da pandemia, alguns semestres foram encurtados, o que reduziu a carga horária dos estágios. Isso trouxe uma sensação de quero-mais. Ainda assim, foram experiências maravilhosas e riquíssimas pelo contato com as crianças, as professoras e a equipe pedagógica de cada local. Foi também o meu primeiro contato com a rede pública do Distrito Federal.

Os três últimos semestres da graduação foram os melhores, pois eu havia deixado as disciplinas optativas para o final, quando o número das obrigatórias vai reduzindo. Foram matérias escolhidas por tema ou docente e que atenderam meu anseio por discussões profundas e reflexões significativas acerca de temas como gênero, raça, mundo do trabalho e vida em sociedade. Nesta reta final do curso houve também meu último estágio obrigatório, voltado aos espaços educativos não-escolares. Por obra do destino, realizei meu estágio na UnB TV. Meu horizonte se ampliou: há mais espaços e temas correlatos à Pedagogia do que eu imaginava e passei a vislumbrar um caminho que não estivesse, necessariamente, ligado à sala de aula. A contribuição de um profissional da Pedagogia pode ir muito além.

O encontro de vivências como professora de Inglês, como estudante de Pedagogia e minhas inquietações diante do estado de coisas no mundo capitalista e

desigual em que vivemos indicava uma variedade de temas relevantes e de meu interesse sob os quais eu poderia me debruçar para o trabalho de conclusão de curso. Contudo, minha aprovação, ainda graduanda, no concurso para professores efetivos da Secretaria de Educação do DF em 2022, naturalmente direcionou meu olhar para a demora para a convocação dos aprovados e também para a quantidade de docentes vinculados a contratos temporários na rede pública. Em resumo, assim cheguei ao tema deste trabalho.

ARTIGO

Trabalho Docente Precarizado nas Escolas da Rede Pública do Distrito Federal

INTRODUÇÃO

Em 2022, houve um processo seletivo para professores efetivos da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE/DF) em que foram aprovados 12.401 candidatos². Em função de algumas complicações, o resultado do concurso somente foi homologado em 27 de julho de 2023, muito embora a etapa das provas objetiva e discursiva tenha ocorrido em 16 de outubro do ano anterior para a maioria dos candidatos³.

Apesar da demora, tanto no desenrolar do concurso, quanto no grande intervalo entre este e o processo seletivo para professores efetivos anterior, as escolas da rede pública do Distrito Federal (DF) não ficaram completamente desassistidas, uma vez que uma grande quantidade de docentes que nelas atuam são selecionados de forma simplificada, embora também por concurso público⁴, e contratados de maneira temporária.

Como estou em vias de concluir a graduação em Pedagogia e participei do referido processo seletivo, tendo sido aprovada, os desdobramentos da suspensão do concurso e da demora na homologação e convocação foram acompanhados de perto por mim. Para além da pertinência do trabalho docente temporário dentro da comunidade escolar e da sociedade brasiliense, há ainda o meu interesse individual em esmiuçar as condições de trabalho docente. Portanto, a relevância do assunto o fez emergir como objeto de estudo para este trabalho de conclusão de curso.

Não tardou para que a problemática deste estudo se desenhasse: a quantidade de professores vinculados à rede pública de ensino do DF por meio de contratos de trabalho temporário. De que maneira o contrato de trabalho temporário

² Conferir notícia divulgada na própria página da internet da Secretaria (DISTRITO FEDERAL, 2023a).

³ “Foi suspenso o concurso público da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF) para as carreiras de magistério público e assistência à educação. A 8ª Vara da Fazenda Pública do DF acatou o pedido de urgência feito pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), sob alegação de que os candidatos surdos teriam sido prejudicados pois o certame não realizou as adaptações necessárias para assegurar as condições de igualdade.” (RAJAB, 2022).

⁴ Afinal, há expressa determinação constitucional nesse sentido (art. 37, inc. II, CRFB/88).

estabelecido entre esses docentes e o governo distrital impacta a qualidade do ensino público no DF? Se o Distrito Federal é um ente federativo *sui generis* e recebe verbas diretamente da União em função do Fundo Constitucional, por que o descaso com a qualidade da educação representada pelas condições de trabalho em suas escolas?

O objetivo geral da pesquisa foi entender que questões sociais, políticas, legais e administrativas permeiam o trabalho docente temporário nas escolas públicas do DF. Para tanto, buscamos verificar números de docentes efetivos e temporários na rede pública atualmente; analisar o edital do último processo seletivo para professores temporários e que garantias há para os profissionais eventualmente contratados; elucidar algumas questões que preocupam e angustiam tais profissionais; e indicar possíveis futuros cenários relativos ao corpo docente da rede.

Para tanto, a metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, incluindo legislação pertinente, editais de processos seletivos para professores efetivos e temporários e reportagens jornalísticas que registravam acontecimentos atinentes ao objeto de estudo. Ademais, também foi possível coletar algumas impressões do ponto de vista dos profissionais, a partir de conversas informais com alguns professores da rede pública do DF, em sua maioria temporários.

De pronto, em um primeiro exame da bibliografia, a necessidade de desvendar a questão da precarização do trabalho diante de um mundo que passou, passa e passará por transformações se intensificou. Portanto, fizemos uma análise das mudanças no mundo do trabalho nos últimos tempos para compreender de que maneira impactaram a vida e a labuta dos trabalhadores nos dias de hoje.

Na primeira parte da pesquisa, nos concentramos neste tópico macro de transformações do mundo do trabalho no contexto do capitalismo contemporâneo. Em seguida, estreitamos a análise para um resgate histórico da realidade brasileira, rememorando os acontecimentos desde a redemocratização até o último governo, em tempos de pandemia de Covid-19, com foco em aspectos econômicos, haja vista a questão da expansão do capitalismo. Conforme nos aproximamos dos tempos atuais, especialmente a partir da década de 1990, nos debruçamos sobre as peculiaridades envolvidas no trabalho docente. Por fim, adentramos a seara do professorado precariado, conectando as mudanças no mundo do trabalho com a realidade brasileira e o ofício do magistério.

Após todo esse percurso, mergulhamos especificamente no contexto do Distrito Federal no tocante aos professores temporários. Analisamos o edital do processo seletivo em andamento para cadastro de reserva de professores temporários a serem chamados a partir do ano que vem. Também vimos a quantidade proporcional desses profissionais atualmente em exercício e que funções são desempenhadas, além de informações acerca de remunerações e garantias trabalhistas. Em seguida, tratamos sobre os impactos do professorado precariado na educação do Distrito Federal. Finalmente, apontamos possibilidades para a educação do DF no ano que vem. Concluimos com nossas considerações finais em relação ao tema e expectativas para o futuro.

1. DO CENÁRIO MACRO AO PROFESSOR TEMPORÁRIO

1.1 Transformações do mundo do trabalho

O mundo do trabalho tem sofrido muitos baques nos últimos tempos. Recentemente, com a pandemia de coronavírus, vimos a intensificação de mudanças significativas, já em curso anteriormente, como o desaparecimento de fronteiras entre o trabalho e a vida privada. A invasão laboral no espaço doméstico provocou cenários de trabalho excessivo. Além disso, o abuso do uso da tecnologia e aplicativos de trocas de mensagens instantâneas fez com que muitos empregadores esperassem (e exigissem) respostas imediatas e a qualquer momento do dia ou da noite. Podemos dizer que houve uma intensificação da “vida nervosa” de Georg Simmel (2005). Contudo, a pandemia de covid-19 acabou por acelerar o agravamento da crise global do capitalismo, não provocá-lo (JAPPE et al., 2020).

A propósito do capitalismo, convém esclarecer o que vem a ser Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), uma vez que seu desmonte a partir dos anos 1970 tem relação com a crise no mundo do trabalho de que trataremos neste trabalho. No Estado de Bem-Estar Social, surgido após a Segunda Guerra Mundial, havia intervenção estatal na economia e também na política. O Estado tinha forte presença tanto para o capital, com certo controle da economia, quanto para o trabalho, com relação aos direitos sociais que assegurava. Para Hobsbawm (1995), o período se configurou como a Era de Ouro do Capitalismo. Contudo, ficou restrito aos países do capitalismo central.

Amanda Silva e Vânia Motta (2019) explicam como, no contexto da crise estrutural do capital, desde os anos 1970, o fordismo-keynesianismo implodiu e tornou claro o colapso do Estado de Bem-Estar Social, diante da austeridade do Neoliberalismo. Ademais, a crise do emprego também transpareceu, com a precariedade salarial ampliando-se. Elas resumem: “corrói-se, dessa maneira, o lastro de compatibilidade entre capitalismo e bem-estar social.” (SILVA; MOTTA, 2019, p.4). A partir daí, cresceu a parcela de trabalhadores assalariados que não conseguiam se inserir no mercado de trabalho de maneira digna, com garantias trabalhistas.

Sobre o conceito de precariado, usado no texto de Silva e Motta, e relevante também para esta pesquisa, cabe um esclarecimento a partir das ideias de Robert Castel (1998 apud SILVA; MOTTA, 2019). Inicialmente, com o modelo fordista-keynesiano do pós-guerra, cunhou-se, a partir da ideia de proletariado, o termo “salariação”, entendido como “sujeito de direitos portador de cidadania”. Posteriormente, após a crise do Estado de Bem-Estar Social e o declínio da relação salarial fordista, é que teria surgido uma nova denominação para o trabalhador “precariado”, sem a segurança de um vínculo laboral, na intenção de dar atenção à intensificação do trabalho sem emprego, ou seja, sem garantias mínimas de proteção do trabalho, por meio de carteira assinada e acesso a direitos sociais.

O termo precariado teria sido usado pela primeira vez por sociólogos franceses nos anos 1980 e depois se popularizado na década seguinte (CASTEL, 1998 apud SILVA; MOTTA, 2019). Ruy Braga conta como, aqui no Brasil, várias gerações de sociólogos se debruçaram sobre “a relação entre a insegurança social e as relações de produção do país” (BRAGA, 2012, p. 19).

Silva e Motta ressaltam o fato de Castel ter importante contribuição para a compreensão do movimento do capital no tocante à precarização do trabalho, porém, não ter tido como ponto de vista países periféricos como o Brasil, onde não houve uma “sociedade salarial” e cuja experiência do Estado de Bem-Estar Social, se existiu, dizem, foi limitada (SILVA; MOTTA, 2019). Ao contrário, as ideias de Ruy Braga e Giovanni Alves são avaliadas por elas.

No tocante ao primeiro, assentam que nos permite perceber como as tentativas de compreender as classes sociais no Brasil são incipientes, ainda que haja consenso acerca do fato de a luta por direitos sociais no Brasil ser tardia em relação a países centrais no mundo capitalista. Em nosso país, trabalhadores lutam

por efetivar direitos enquanto trabalhadores dos países centrais buscam conservá-los (BRAGA, 2012 apud SILVA; MOTTA, 2019).

Dentro da sua ideia de “fordismo periférico” (BRAGA, 2012, p. 21), mediação entre os países de capitalismo avançado e os subdesenvolvidos, Ruy Braga, ao contrário de Robert Castel, não acredita que precariado seja outra classe social mas sim pertencente à classe social do proletariado constituindo o “proletariado precarizado” (BRAGA, 2012, p. 18). Há uma correlação com o conceito de exército industrial de reserva, formulada inicialmente por Karl Marx, como condição permanente do capital. A propósito, à “população excedente em relação às necessidades ordinárias das empresas” é que Marx dá o nome de exército industrial de reserva (BRAGA, 2012, p. 17).

Incluída nesta população estariam quatro frações, segundo Marx (1989 apud BRAGA, 2012): a “flutuante”, que ora é atraída, ora é repelida pelo mercado de trabalho; a “latente”, de jovens e trabalhadores não industriais aguardando uma oportunidade de se estabelecerem na indústria; a “estagnada”, já parte da força de trabalho e se encarregando de funções deterioradas e mal pagas, de modo que as condições de vida são aquém da normalidade da existência; e, finalmente, a “pauperizada”, formada por uma massa de indigentes, doentes, acidentados e incapacitados para a labuta em função da idade.

O outro autor, Giovanni Alves, vê o precariado como uma “camada social” da classe do proletariado, trabalhadores jovens adultos com alto nível de escolaridade mas em situação de desemprego ou vínculo laboral precário (ALVES, 2013 apud SILVA; MOTTA, 2019), que traz à luz “a insustentabilidade civilizatória do capital.” (ALVES, 2012). Silva e Motta trazem dele a ideia de que o precariado, fruto do novo contexto do mundo do trabalho, é alvo fácil da manipulação de suas expectativas frustradas de uma vida plena, com melhores salários e condições de vida, para se doar mais no trabalho — esta força de trabalho é a que o capital mais deseja.

Podemos dizer que a maior suscetibilidade a manipulações tem relação com o ato de não serem, como a camada social dos trabalhadores “estáveis” (ALVES, 2013 apud SILVA; MOTTA, 2019), organizados em sindicatos ou organizações profissionais. Isto é, não há grande organização política por trás desses indivíduos. Trataremos mais acerca disso na parte dois, quando adentrarmos na seara do trabalho docente precarizado, pois vemos essa deficiência e vulnerabilidade nos professores temporários.

1.2 Realidade Econômica Brasileira

Tal qual Silva e Motta (2019), ressaltamos a relevância desse contexto macro do mundo do trabalho, porém apontamos a importância de olhar para nossa realidade. Partindo desse pressuposto, faremos um resgate histórico desde a redemocratização a fim de contextualizar as mudanças econômicas mas também sociais ocorridas em nosso país. O ambiente educativo não está isolado do mundo, logo, compreender o que o cerca é imprescindível, sobretudo os desdobramentos dessas últimas décadas no cenário de flexibilização e precarização de direitos trabalhistas diante do qual estamos.

Talvez devemos começar pelo principal marco do final dos anos 1980, a promulgação de uma nova Constituição da República Federativa do Brasil, em 5 de outubro de 1988 (CRFB/88). Nossa Carta Magna instituiu um Estado Democrático destinado, dentre outras coisas, a assegurar os direitos sociais e individuais (preâmbulo) e cujos fundamentos mais atinentes ao nosso tema são a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (art. 1º, inc. III e IV, CRFB/88).

Para além da eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte, a chegada de José Sarney à Presidência da República em 1985, após as tão sonhadas eleições diretas e as complicações de saúde e posterior morte de Tancredo Neves, trouxe à população o anúncio do Plano Cruzado em 1986.

De acordo com Bóris Fausto (2021a), o congelamento de preços e medidas salariais⁵ foram bem recebidas pela população e houve um clima otimista no país. A economia, à época, estava melhor do que em anos anteriores e havia um impulso de crescimento com o avanço de exportações. Os problemas eram a dívida interna e externa e a inflação. Quando Fernando Collor assumiu a Presidência em 1990, o quadro inflacionário seguia uma questão e então foi anunciado um novo plano econômico, mais radical e com bloqueio de depósitos por muitos meses.

Apesar dessas medidas, a inflação retornara quando do *impeachment* de Collor e assunção do vice Itamar Franco. Collor havia dado o pontapé inicial para o Neoliberalismo no Brasil, mas fracassara ao tentar promover todas as reformas realizadas nos Estados Unidos e na Inglaterra em apenas um mandato. Itamar sabia

⁵ “Reajustou-se o salário mínimo pelo valor médio dos últimos seis meses, mais um abono de 8%. Os reajustes posteriores seriam automáticos, sempre que a inflação chegasse a 20%.” (FAUSTO, 2021a, p. 287).

que para prosseguir com a agenda neoliberal seria preciso colocar a inflação em cheque (HISTÓRIAS, 2017). O Ministro da Fazenda era Fernando Henrique Cardoso, que conduziu a elaboração de mais um plano econômico, para estabilizar a economia: o Plano Real⁶. Fausto (2021a) explica como o plano foi bem sucedido em reduzir a inflação por anos seguidos, o que aumentou o poder de compra das grandes massas.

O sucesso do Plano Real foi motivo, em grande medida, para a vitória de Fernando Henrique Cardoso nas eleições seguintes, em que concorreu com Lula da Silva. Sérgio Fausto ensina que a coalizão responsável pela chegada de FHC ao Planalto não tinha maioria suficiente no Congresso⁷, razão pela qual alianças com outros partidos foram feitas. Além de reformas na esfera econômica, pretendia-se também promover mudanças na área social. Por isso, o novo governo acreditava em reduzir a intervenção estatal na economia para dedicar-se à sua atuação na área social (FAUSTO, 2021b).

Ocorre que as agendas neoliberal e social-democrata não se encaixavam, as alianças nem sempre garantiam tranquilidade na tramitação de projetos no Congresso e nem todas as reformas propostas foram adiante. Vale destacar o foco e o peso que as privatizações tiveram durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Outra menção é devida à questão do desemprego. Segundo Sérgio Fausto (2021b), entre os anos de 1994 e 2002 a taxa variou, fechando os dois governos de FHC em torno de 7% nas regiões metropolitanas onde se concentravam 40% da força de trabalho do país.

Fausto explica que o desemprego se deveu a múltiplos fatores. Em resumo, o crescimento econômico que se esperava não aconteceu e, para evitar o aumento desenfreado de importações, o governo se viu obrigado a desacelerar a economia, fato que repercutiu no mercado de trabalho, especialmente no emprego industrial. Segundo o autor, o setor de serviços compensou a queda de empregos na indústria, mas apenas parcialmente, resultando na taxa de desemprego já mencionada. Ademais, Fausto indica um aumento significativo da informalidade nas relações de trabalho: “em 1990, cerca de 40% da força de trabalho se encontrava na

⁶ Ao contrário dos outros planos, a população não foi pega de surpresa; a nova moeda, Real, não foi indexada ao dólar; não houve congelamento de preços; e a troca de moeda se deu em alguns meses, de maneira organizada e com boa recepção pela população (FAUSTO, 2021a).

⁷ Muitas mudanças anunciadas na época de campanha eleitoral exigiram emendas à Constituição (FAUSTO, 2021b)

informalidade. Dez anos depois, esse percentual superava os 50%” (2021b, p. 341). Essas questões, por óbvio, preocupavam a população e eram objeto de críticas da oposição.

Importante mencionar a Reestruturação Produtiva pela qual o capitalismo passou, no âmbito econômico, para que o Neoliberalismo pudesse crescer no âmbito político e social. No programa “Chão de Fábrica” (HISTÓRIA, 2017), o sociólogo Ricardo Antunes defende que, no Brasil, a Reestruturação Produtiva demorou a ocorrer graças à força da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ao movimento sindical nos anos 1980, surgindo de fato na década seguinte, “a década do Neoliberalismo”.

De influência Toyotista, a Reestruturação Produtiva significou uma série de mudanças de organização do trabalho que, com roupagem de gestão participativa e mentalidade “vestir a camisa da empresa”, deu início a uma perspectiva centrada no indivíduo mas não para valorizá-lo e sim para colocar os trabalhadores em clima de competitividade. Para que ela tivesse sucesso, foi preciso um projeto de governo mais que conservador: contra-revolucionário. O objetivo final era destruir a unidade da força da união dos trabalhadores. À medida que os sindicatos foram cedendo, mais garantias trabalhistas foram ceifadas. Ao longo desse processo, sempre presente a exploração da força de trabalho (HISTÓRIAS, 2017).

Já no século XXI, em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito, em seu quarto pleito consecutivo, pois conseguiu atrair e agregar ao seu eleitorado fiel setores da classe média e fez aliança com parte da burguesia do país. Com o desafio de acelerar o crescimento econômico do país, Lula tinha também a missão de viabilizar uma distribuição de renda mais igualitária. A expansão na economia trouxe aumento nos índices de emprego formal. Houve também importante aumento do salário mínimo acima da inflação. Além disso, não se pode olvidar das políticas de acesso ao Ensino Superior, transferência de renda para famílias mais pobres e facilitação ao crédito (esta última viável graças à baixa inflação e taxa de juros doméstica) (FAUSTO, 2021b).

Diante desse cenário, sobretudo em virtude da queda no desemprego impulsionado pelo surgimento de muitos postos de trabalho, houve uma mudança demográfica, com o surgimento de uma dita “nova classe média”. No entanto, o Estado continua a ser demandado e dar suporte a grandes conglomerados privados e garantir a ampliação de seus lucros. Para citar alguns exemplos, temos a

ampliação dos planos de saúde privados, na área da saúde, e na área da educação, com mais instituições de ensino privadas, em especial de Ensino Superior⁸. Sérgio Fausto comenta esses pontos e aponta como a expansão da população em faixa salarial tributável faz aumentar o descontentamento dos brasileiros com a alta carga tributária do país e a insatisfação com a ausência/ insuficiência de bons serviços públicos como contrapartida.

Apesar da crise política enfrentada pelo governo diante de escândalos de corrupção, o Partido dos Trabalhadores saiu vencedor nas eleições seguintes, com Dilma Rousseff chegando à Presidência da República, primeira mulher a ocupar o cargo no Brasil. Para alcançar êxito no pleito eleitoral, o PT se aliou ao MDB e trouxe Michel Temer como vice na chapa pela presidência. Segundo Sérgio Fausto, enquanto nas eleições de 2006 havia clara divisão social e geográfica em relação aos votos em PT e PSDB, em 2010 houve mais nuances, com o PT obtendo maiores votos da classe média e reduzindo a diferença em relação ao outro partido no sul do país (FAUSTO, 2021b).

Sabemos que após a reeleição de Dilma em 2014, teve início um processo de crescente insatisfação política nos setores mais conservadores, que culminou com um processo de *impeachment* da então presidente, por muitos considerado golpe. Afinal, não houve ilegalidade na condução de seus atos enquanto chefe do Poder Executivo, apenas faltou apoio político (BARROSO, 2022). Subiu ao poder o vice-presidente, Michel Temer, do MDB, e com ele uma série de guinadas à direita, com a intensificação da agenda liberal, a exemplo da Emenda Constitucional nº 95/2016, que congelou gastos com saúde e educação por vinte anos.

À propósito, muito embora, como dissemos, a pandemia de coronavírus tenha implicado em mudanças relevantes nas relações de trabalho, antes do covid-19 já havíamos visto sérias alterações no que diz respeito a garantias aos trabalhadores, com a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) e com a ampliação das hipóteses de terceirização (Lei nº 13.429/2017).

Dentre as modificações mais relevantes à legislação celetista, certamente está a possibilidade de negociação direta entre empregado e empregador. Notoriamente vulnerável e hipossuficiente, o trabalhador era protegido até então, pois não existia tal possibilidade. Da mesma forma, as negociações indiretas

⁸ No tocante ao Ensino Superior privado, tivemos o Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado em 2004.

(acordos ou negociações coletivas⁹) não podiam estabelecer regras contrárias à legislação vigente, apenas dispunham sobre assuntos que não eram objeto de lei ou propunham alteração em relação ao texto legal, desde que no intuito de beneficiar o trabalhador. Agora, contudo, prevalecem as negociações coletivas. Ou seja, terão mais peso que a legislação, e poderão dispor livremente sobre temas como banco de horas.

No mais, vale mencionar também a possibilidade de terceirização para atividade-fim, a extinção das horas *in itinere* (de deslocamento), o parcelamento de férias em até três vezes e a contribuição sindical facultativa dentro da perspectiva de flexibilização/ precarização e despolitização que abordaremos mais à frente. A Reforma Trabalhista foi tocada às pressas e sem mais discussões com os setores da sociedade envolvidos¹⁰, e sob o pretexto de trazer segurança jurídica às empresas e, conseqüentemente, aumentar os vínculos formais. Ao contrário, ainda que tenha caído o número de desempregados, isso se deu devido ao aumento da informalidade¹¹.

Mais recentemente, com o governo Bolsonaro, tampouco houve trégua para os trabalhadores, em grande parte pela crise advinda (ou agravada, conforme JAPPE et al., 2020) pela pandemia de Covid-19. Entretanto, o governo populista extremista autoritário (BARROSO, 2022) não soube se portar, dirigir ou guiar os brasileiros no enfrentamento do vírus e do luto generalizado que experienciamos nos últimos anos¹². Em relação à massa trabalhadora, aliás, cabe dizer que propôs um auxílio financeiro pífio aos desempregados ou com baixa renda, que foi majorado posteriormente pela Câmara dos Deputados¹³.

Em se tratando de descaso com o trabalhador e falta de vontade política para garantir adequadas condições laborais aos trabalhadores, é notório o mau

⁹ Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) é quando negociam sindicato e empresa; Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) ocorre quando as tratativas são entre sindicatos, federações ou confederações com empresas.

¹⁰ Segundo o professor Otávio Pinto e Silva, da Faculdade de Direito da USP, em entrevista para o Jornal da USP sobre os impactos da Reforma Trabalhista (IMPACTO, 2022).

¹¹ De acordo com informações de reportagem do site Brasil de Fato: “De 2020 para 2021, a taxa média de desemprego recuou de 13,8% para 13,2%. Ainda assim, são as duas maiores da série histórica. A taxa de informalidade no mercado de trabalho subiu de 38,3% para 41,1%. Ou 36,6 milhões de trabalhadores informais, crescimento de 9,9%.” (NUZZI, 2022).

¹² Conferir uma coletânea de falas inapropriadas de Bolsonaro durante a pandemia no artigo da Folha de São Paulo de 5 de maio de 2021 (RELEMBRE, 2020).

¹³ Segundo reportagem da Agência Câmara de Notícias: “Inicialmente, na primeira versão do relatório, o valor era de R\$ 500,00 (contra os R\$ 200,00 propostos pelo governo). Após negociações com o líder do governo, deputado Vitor Hugo (PSL-GO), o Executivo aceitou aumentar para R\$ 600,00”. (PIOVESAN; MORAES, 2020).

tratamento dispensado aos profissionais da Educação Básica em nossa sociedade, capitaneado pelo poder público. Portanto, façamos um recorte desse grupo específico de trabalhadores, os docentes.

1.3 Peculiaridades do trabalho docente

É indiscutível que existam especificidades no trabalho docente em relação a outras profissões. No entanto, o professor é, antes de tudo, um trabalhador. Logo, sofre das mesmas mazelas que atingem o proletariado, sendo que é preciso lidar, ainda, com suas peculiaridades. Em sentido geral, conforme descreve Jarbas Santos Vieira (2010), trabalho envolve gasto de energia, tanto física quanto mental, com o objetivo de produzir um bem de uso e permitir a reprodução da vida humana. Na educação, pondera o autor, o objeto é difícil de determinar:

Em seu sentido lato, o trabalho docente envolve a relação entre saberes e condutas; relação esta que está na base da ação educativa, haja vista que a socialização e/ou produção de saberes implica a formação de determinadas condutas humanas. Entretanto, se a natureza do trabalho docente pode ser pensada a partir da relação saber-conduta, não é possível ignorar tanto o contexto sócio-político-cultural onde ele ocorre quanto a atividade desenvolvida pelo professorado em seu cotidiano e como ela é representada. (VIEIRA, 2010, n.p.).

Inicialmente, o trabalho docente esteve vinculado a saberes e condutas religioso-cristãs. Após o distanciamento da atividade docente da Igreja e o início da atuação de leigos, surgiu aos poucos um caráter mais técnico-profissional no trabalho, que deixava de ser vocacional e sacerdotal. Aliado a isso, com o desenvolvimento da sociedade capitalista, urbana e liberal, crescia a demanda pela educação de maiores parcelas da população. Embora tenha havido essa mudança, o caráter vocacional/sacerdotal do labor docente permaneceu, muito em função do reforço dessa concepção pelo Estado, ainda que mais liberal (HYPOLITO, 1997 apud VIEIRA, 2010).

No século XVIII, com o liberalismo, veio uma maior racionalização e burocratização do trabalho docente, intensificando os ares técnico-profissionais mencionados acima. Os conteúdos, formas e materiais para o trabalho docente são cada vez mais determinados pelo Estado e pelo mercado. Destarte, o relacionamento interpessoal entre professores e estudantes e mesmo entre professores fica secundário em relação aos elementos tecnológicos materiais (SANTOS, 1989 apud VIEIRA, 2010). Como veremos adiante, na América Latina

em geral e no Brasil especificamente houve uma intensificação dessas características técnicas com as reformas educacionais da década de 1990.

1.4 Professorado precariado

Percebemos que a precarização do trabalho está generalizada e, como tal, não deixa de atingir os professores. Anteriormente, abordamos brevemente alguns planos econômicos, inclusive o Real, dos anos 1990. Outro plano relevante daquela época foi o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE)¹⁴. Ambos, vale lembrar, num contexto neoliberal fortemente presente naquela década. Amanda Silva e Vânia Motta (2019) apontam tais reformas como ressignificadoras do direito à educação pública, instituindo as parcerias público-privadas e abrindo espaço para crescente privatização do espaço escolar e comercialização de produtos e serviços.

À medida em que o Estado foi se desvencilhando da prestação em caráter exclusivo da educação pública, as garras do mundo do capital foram ficando mais fortes (SILVA; MOTTA, 2019; CARVALHO, 2009 apud LIMEIRA, 2021); ideias como mercado, produto e lucro, se tornando mais presentes nas escolas, não só das privadas, mas até mesmo das públicas¹⁵.

Vieira (2010), na mesma linha, mostra como as reformas educacionais dos anos noventa trouxeram cada vez mais o racional empresarial para a concepção da educação e do trabalho docente. Nesse sentido, Marin aponta como a precarização do trabalho docente esteve ligada à expansão do neoliberalismo no Brasil na mesma década; na área da educação, mais especificamente, a partir de 2002 (MARIN, 2004 apud SEKI et al, 2017). Ricardo Antunes assevera que o capital passou a necessitar menos do trabalho estável e mais de variadas formas de trabalho parcial (2015 apud LIMEIRA, 2021).

Em contrapartida às exigências crescentes para os professores, não foi perceptível uma melhora adequada nas condições laborais (OLIVEIRA; GONÇALVES; MELO, 2004 apud VIEIRA, 2010). Ou seja, apenas houve aumento nas responsabilidades docentes, em um cenário de globalização com ideais

¹⁴ O Plano foi elaborado pelo então Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), cujo chefe era Luiz Carlos Bresser Pereira.

¹⁵ Conferir reportagem sobre o envolvimento empresarial na reforma do Ensino Médio (CATINI, 2023) e postagem do Blog Ricardo Antunes sobre acordo firmado com a ONG MegaEdu, financiada por Jorge Paulo Lemann, e o MEC sobre conexão de internet nas escolas públicas (LIGAÇÃO, 2023).

mercadológicos racionalizando e intensificando o trabalho dos professores, que se sentem distantes de um ideal em que podem conceber a educação.

Em meio a tudo isso, um endeusamento dos professores pelo Ministério da Educação, Organizações Multilaterais, “aparelhos ditos privados de hegemonia” e intelectuais, com slogans de “empoderamento”, “empreendedorismo” e “capacidade de mudar o mundo” (SEKI et al., 2017), disfarçam a perversidade das condições a que a categoria é submetida. Almejam criar a ideia de que a figura do professor é fundamental e, portanto, a ele são asseguradas todas as condições para sua formação e exercício da profissão.

De acordo com dados da Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação (CNTE) de 2016, mais da metade dos municípios brasileiros pagou salários abaixo do piso salarial da categoria, R\$ 2.135,64 no período, ou não cumpriu com o terço da carga horária dedicado a planejamento de aulas, senão ambos, em evidente ilegalidade¹⁶. Além disso, no ano anterior, 34% das turmas de Educação Básica em escolas públicas em todos os níveis federativos eram conduzidas por profissionais contratados de maneira temporária, embora o limite estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Lei nº 9.394/96) seja de 10% (SEKI et al., 2017).

O cenário segue parecido, ao que tudo indica. Segundo dados de 2020 divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) recentemente (TENENTE, 2023), em vários municípios a média de remuneração dos docentes brasileiros ficou abaixo do piso salarial daquele ano. Entende-se por piso salarial “o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das carreiras do magistério público da Educação Básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais” (Lei nº 11.738/2008). Atualmente, o valor é de R\$ 4.420,55 (CONFIRA, 2023).¹⁷

São muitos os profissionais que, haja vista o tipo de contratação, não conseguem formar vínculos com estudantes, colegas e instituições de ensino, isto é, estão em um permanente estado de “eventuar”, frente ao cenário de itinerância e

¹⁶ Ressalte-se que, em 2013, o Supremo Tribunal Federal decidiu que a Lei do Piso Salarial (Lei nº 11.738/2008) passou a ter validade a partir de 27 de abril de 2011, quando foi reconhecida a sua constitucionalidade. “A decisão tem efeito *erga omnes*, isto é, obriga a todos os entes federativos ao cumprimento da Lei.” (<http://portal.mec.gov.br/piso-salarial-de-professores>).

¹⁷ No início de 2023, houve reajuste no piso salarial por portaria do Ministério da Educação (MEC). Apesar disso, a Confederação Nacional dos Municípios orienta os municípios no sentido de ignorarem o reajuste, alegando prejuízo aos cofres públicos e ausência de respaldo jurídico nos critérios utilizados. (CONFIRA, 2023).

deslocamento da realidade escolar. Esses professores frequentemente se sentem úteis sem se sentirem importantes (NOVAES, 2010 apud SEKI et al, 2017).

O fato de os professores temporários viverem na incerteza de sua rotina e de seu amanhã faz com que deixem sua atuação sindical de lado, visto que há maior dificuldade de formar “laços de solidariedade política”. Sua formação profissional, muitas vezes oriunda de produção de certificações docentes em massa, na Educação a Distância (EAD) ou em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, forma professores com qualificação discutível e mais inclinados a aceitar condições precárias, pois parte do exército industrial de reserva, supramencionado (SEKI et al., 2017).

Imprescindível se atentar para o risco de cair na armadilha de responsabilizar os próprios docentes por esse modo de pensar:

(...) o esforço analítico precisa levar-nos a compreender as fronteiras da imoralidade da política posta pelo capital para a educação em nosso país: enorme contingente de professores vive permanentemente entre a cruz e a espada, entre um trabalho precário e o desemprego, ressalvadas as outras situações de precariedade que a eles se impõem. (SEKI et al., 2017, p. 953).

Os referidos autores defendem que a situação instável vivenciada por esses profissionais dificulta com que vejam sua realidade ou as condições de trabalho oferecidas como parte de algo macro; tendem a analisar as coisas do ponto de vista individual. Logo, não se dão conta de que sua precarização está de acordo com os anseios da lógica dominante. Destarte, não há espaço para articulação política e sindical, ocasionando ainda mais fragilidade para a categoria. Agora, então, vamos analisar essa precarização na rede pública de ensino do Distrito Federal.

2. UM OLHAR ATENTO SOBRE A REALIDADE NO DISTRITO FEDERAL

2.1 Último processo seletivo para contratação de professores temporários

Inicialmente, em se tratando de processos seletivos, é relevante destacar a determinação constitucional, já citada anteriormente, de que “a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos” (art. 37, inc. II, CRFB/88). Vinculado aos princípios da administração pública de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, o dispositivo constitucional também aparece no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que prescreve o ingresso na carreira de magistério público exclusivamente por concurso público de provas e títulos (art. 67, inc. I, Lei nº

9.394/1996).

Há que se ressaltar que a LDB traz, ainda, determinações atinentes à carreira docente, a exemplo de aperfeiçoamento profissional continuado, com licenciamento periódico remunerado; progressão funcional por titulação ou habilitação e avaliação de desempenho; piso salarial, dentre outras garantias (art. 67, Lei nº 9.343/1996).

No mais, cabe salientar que há várias nomenclaturas para professores vinculados ao poder público por contratos de trabalho temporário. Vamos utilizar a expressão professor temporário daqui em diante. No Distrito Federal, limite geográfico da nossa análise, podemos distinguir os professores entre aqueles com estabilidade garantida por concurso público e demais benefícios concedidos a servidores, os professores efetivos, e aqueles que não dispõem de prerrogativas, como licença prêmio ou cinco dias de abono de ponto, ou de garantias, como férias e décimo terceiro salário integrais¹⁸, os temporários.

No último edital para processo seletivo simplificado para contratação temporária de professor substituto, Edital nº 53 de 21 de setembro de 2023, a expressão utilizada foi “professor substituto temporário”. O objetivo da seleção foi formar um Banco de Reservas do Ensino Regular¹⁹ da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE/DF) para eventual contratação para “suprimento de carências definitivas, provisórias e temporárias (remanescentes) decorrentes de afastamentos legais de professor efetivo da SEEDF” (DISTRITO FEDERAL, 2023, p. 106).

Como de praxe em contratações temporárias, o edital estabelece a não geração de vínculo empregatício com o Governo do Distrito Federal (GDF). Ademais, resta claro haver mera expectativa de direito sobre o exercício da docência, haja vista se tratar de cadastro reserva. Ainda assim, é possível encontrar as atividades esperadas dos candidatos selecionados e contratados pelo GDF:

O contratado, além da efetiva substituição na regência e coordenação pedagógica, deverá participar de cursos e formação continuada, quando determinado pela SEEDF, e demais atividades inerentes a sua atuação,

¹⁸ Tanto em edital de seleção quanto em contrato temporário de prestação de serviço há previsão de férias e décimo terceiro salário, mesmo que a maioria dos contratos sejam inferiores a 365 dias, já que abrangem o calendário/ ano letivo, porém de maneira proporcional.

¹⁹ Foi prevista a possibilidade excepcional de atuação na Educação Especial; nas partes flexíveis das matrizes curriculares do Ensino Fundamental em Tempo Integral e Ensino Médio em Tempo Integral, na Educação a Distância; e em Unidades Escolares Especializadas (ex.: Centro Educacional 01 de Brasília - Núcleo de Ensino do Sistema Prisional) e Escolas de Natureza Especial (ex.: Centro Interescolar de Línguas - CIL). A atuação está condicionada à aptidão exigida para tanto.

proceder à escrituração em diários de classe, relatórios e demais documentos referentes às turmas e aos estudantes vinculados ao professor substituído (DISTRITO FEDERAL, 2023, p. 10).

No mais, constam do referido edital a remuneração, calculada em razão das horas-aulas efetivamente trabalhadas no mês, tendo como referência o vencimento básico da Carreira Magistério Público do DF²⁰, acrescida de gratificações estabelecidas em lei e regulamentadas pela SEE/DF²¹. Também está previsto o repouso semanal remunerado, bem como as férias e o décimo terceiro salário proporcionais.

2.2 Quantitativo e funções dos professores temporários

O edital de seleção de professores temporários supramencionado faz menção a carências definitivas em virtude do afastamento de professores efetivos. No Brasil há um dispositivo legal referente a contratações temporárias em empresas urbanas (Lei nº 6.019/1974), relevante pois, muito embora seja voltada para as relações laborais em empresa de prestação de serviços a terceiros, traz importante definição: “considera-se complementar a demanda de serviços que seja oriunda de fatores imprevisíveis ou, quando decorrente de fatores previsíveis, tenha natureza intermitente, periódica ou sazonal” (art. 2º, § 2º, Lei nº 6.019/1974). Isto é, o caráter temporário da prestação de serviço tem origem em fatores imprevisíveis ou previsíveis que não sejam duradouros.

Não obstante, nas escolas públicas do DF (repetindo um padrão visto no restante do país) há uma enorme carência de docentes nos quadros da rede, a ponto de, para além de substituírem professores efetivos por ocasião de licenças, assunção de cargo de gestão ou no Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE), muitas vezes os professores temporários se encarregam de turmas durante um ano letivo inteiro. Aliás, há muitos casos de docentes que labutam vinculados a contratos de trabalho temporário por muitos anos. Se lembrarmos a usual vigência de tais instrumentos de menos de um ano cronológico,

²⁰ “O valor máximo do vencimento básico do padrão inicial, da ETAPA III, da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, é de R\$ 4.941,71 (quatro mil, novecentos e quarenta e um reais e setenta e um centavos), conforme estabelecido na Tabela de Vencimento da Lei Distrital n. 5.105, de 2013, alterada pela Lei n. 7.316 de 2023” (DISTRITO FEDERAL, 2023b, p. 107).

²¹ São elas: Gratificação de Atividade Pedagógica (Gaped); Gratificação de Atividade de Alfabetização (GAA); Gratificação de Atividade de Ensino Especial (Gae); Gratificação de Atividade em Zona Rural (GAZR); Gratificação de Atividade de Docência em Estabelecimento de Ensino Diferenciado (Gadeed); e Gratificação de Atividade de Docência em Estabelecimento de Restrição e Privação de Liberdade (GADERL). (Ibidem).

coabrindo apenas o período letivo nas escolas, não é exagerado concluir que uma massa de profissionais não goza de férias apropriadamente há tempos.

Segundo dados do sítio da SEE/DF na internet, atualizado no início do ano, existia, então, um total de 11.250 professores temporários e 23.485 professores efetivos, totalizando 34.735 docentes (DISTRITO FEDERAL, 2019). Ainda assim, é comum ouvir relatos de profissionais que já passaram ou trabalham atualmente na rede pública do DF, no sentido de haver maior número de professores temporários que de efetivos nas escolas onde atuaram/ atuam. A incongruência pode se dar a dados desatualizados, visto que a página foi atualizada em fevereiro deste ano, e o Sindicato dos Professores no Distrito Federal (SINPRO/DF) alega haver dois terços dos professores da rede pública vinculados a contratos temporários (CARLA, 2023).

2.3 Impactos do professorado precariado na educação

Há relatos de profissionais que apenas chegam às escolas onde trabalharão após a realização da Semana Pedagógica, quando a equipe docente se reúne para deliberar e decidir sobre atividades a serem desenvolvidas pela comunidade escolar ao longo do ano letivo. Destarte, uma porção significativa da função docente se perde por atropelos relacionados a desorganização administrativa ou à convocação em cima da hora de professores temporários. A situação relatada é exemplo claro da falta de suporte e condições adequadas de trabalho, e da sensação de desprestígio a que Seki et al. (2017) se referem em sua pesquisa.

Ainda, mencionamos anteriormente, como uma das fragilidades dos professores temporários, a difícil articulação política quando há obstáculos para a formação de vínculos com colegas de profissão. Em Alagoas, por exemplo, foi preciso fundar um sindicato específico para conseguir, no mínimo, que os “monitores”, temporários, fossem considerados professores (SEKI et al., 2017).

No Distrito Federal, a questão do número elevado de professores temporários é observada de perto pela representação da categoria. Vale dizer que algumas das reivindicações no último movimento grevista dos docentes, realizado no primeiro semestre de 2023, eram atinentes às dificuldades vividas pelos professores temporários, como a possibilidade de acompanhar cônjuge ou dependente em consulta médica ou participação remunerada em Semanas Pedagógicas (TERRIBILI, 2023).

Este fato demonstra como no Distrito Federal os professores temporários

não estão desamparados pelo sindicato quando há reivindicações a serem levadas ao Executivo. Do mesmo modo, não passam despercebidas pelo restante da categoria as dificuldades específicas dos temporários. Há conscientização acerca da importância do trabalho por eles realizado, visto que, essencialmente, em nada difere do labor dos professores efetivos.

Contudo, é válido mencionar que a própria decisão de aderir a greve e a consequente paralisação não é vista com bons olhos por alguns professores temporários, visto que precisam repor as aulas sob pena de não serem remunerados. Em contrapartida, professores efetivos têm o direito à greve assegurado por lei sem que ela implique em prejuízo financeiro.

2.4 Provável cenário para o ano de 2024

É justamente o aspecto financeiro que nos traz à análise do cenário que se avizinha com a chegada do próximo ano. Recentemente, o Governo do Distrito Federal enviou à Câmara Legislativa Distrital proposta para o Projeto da Lei Orçamentária Anual de 2024 (PLOA 2024) que contempla a nomeação de míseros 630 profissionais aprovados no concurso para professores efetivos realizado em 2022. O banco de reserva do processo seletivo conta com mais de três mil profissionais.

Consequentemente, há uma preocupação crescente com o descumprimento, pelo GDF, do acordo para a suspensão da greve docente firmado em maio deste ano (CARLA, 2023). Cumpre apontar que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), norteadora da LOA para o ano seguinte, tinha previsão de nomeação de 6200 novos professores efetivos, além de mil orientadores educacionais na rede pública. Este trecho do texto foi vetado pelo governador Ibaneis Rocha (GALASSI, 2023).

O SINPRO/DF defende que haja previsão na LOA 2024 para a nomeação dos aprovados no referido concurso para as vagas imediatas e no chamado excedente, além da realização de novo concurso para professores efetivos, uma vez que há áreas com carência superior ao número de profissionais do cadastro reserva. Estes foram, inclusive, alguns dos pontos abordados no acordo de suspensão do movimento paredista do primeiro semestre. Outras demandas consistiam na incorporação das gratificações de atividades pedagógicas (Gaped) e de suporte educacional (Gase), na solução para superlotação das salas de aula, melhores

condições de trabalho, etc (QUIRINO, 2023; TERRIBILI, 2023).

O fato de ter sido realizado um concurso para professores temporários este ano²² é indicativo de que o governo pretende seguir com a mesma estratégia de sempre: lançar mão de contratos de vínculo temporário com o poder público para suprir carência de professores nas escolas. Não se trata de novidade. Em sua dissertação de mestrado, Jussara Limeira resgata o discurso do então Presidente da República Juscelino Kubitschek quando da inauguração da primeira escola de Brasília. Nele, JK indicou como motivo para criação da Fundação Educacional do Distrito Federal a intenção de evitar empecilhos burocráticos e possibilitar a maleabilidade operacional característica do setor privado (LIMEIRA, 2021).

A autora defende remontar àquele tempo a ideia de flexibilização na educação do DF. Conforme alguns dados compilados por ela, entre 2011 a 2020, na região centro-oeste, o número de docentes efetivos na Educação Básica da rede pública “estadual” diminuiu, enquanto o número de temporários aumentou; em ambos casos, houve oscilação no período. (LIMEIRA, 2021).

A Secretária de Educação do GDF, Hélvia Paranaguá, já se manifestou algumas vezes acerca do concurso para professores efetivos realizado em 2022 mas sempre com ares de incerteza. São feitas promessas vazias sobre chamar profissionais sem, no entanto, informar dados concretos como quantidade ou data de convocação²³. É compreensível — e mais, desejável — que a administração pública envolva decisões embasadas e com aval dos responsáveis pelo planejamento financeiro. Ocorre que, por detrás disso, há a questão da vontade política, ou, neste caso, da ausência palpável de interesse em melhorar as condições dos profissionais que trabalham na rede pública e, conseqüentemente, da educação no DF.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Haja vista todo o exposto, ficam questionamentos. Há situações em que não existem respostas. Contudo, saber questionar é fundamental. Assim, aqui vai: por que sempre é, principalmente, a educação a sofrer cortes? No intuito de não onerar os cofres públicos, os chefes do Executivo contratam profissionais sem estabilidade,

²² Conforme o Edital, a seleção visa ao preenchimento de vagas no ano que vem e pode ter sua validade prorrogada até 2025 (DISTRITO FEDERAL, 2023b).

²³ Conferir entrevista da Secretária para o CB.Poder em 11 de outubro de 2023 (SILVA, 2023), por exemplo.

prerrogativas e garantias, mas que realizam o mesmo trabalho que os professores efetivos. Para trazer novamente a Constituição, fazer distinção entre profissionais de uma mesma rede, de uma mesma escola é ferir a dignidade da pessoa humana.

Professores temporários sofrem com a ausência de vínculos, a dificuldade de articulação política, a ansiedade da transitoriedade, a angústia de não poderem fazer planos de longo prazo com tranquilidade, a insuficiência de garantias laborais e a frustração do descaso e não-reconhecimento. A perpetuidade dessas iniciativas de contratação por vínculos precários coloca a perigo os direitos sociais que ainda lutamos para assegurar, ao contrário de outros países onde se luta para sua manutenção.

Ainda que se queira promover a ideia de professor-salvador, professor-herói, que é multifacetado e dá conta de tudo, as palavras nunca correspondem às ações. Promessas em campanha eleitoral ou em sede de acordo para encerrar movimentos de reivindicação de direitos são feitas levianamente, quiçá de má-fé, para depois não serem cumpridas. Sem plano de carreira, para citar um exemplo, um esforço genuíno de melhorar as condições laborais e valorizar o trabalho da categoria, estaremos fadados a um apagão de professores no país. Certamente, não é se precarizando mais e mais a categoria que o cenário da educação irá mudar.

O professorado precariado — juntamente com os estudantes, nosso futuro — está na ponta que mais sofre com a expansão das garras do capital, que se alastra de maneira a alcançar o universo da educação. Os conceitos emprestados, ou melhor, empurrados à força, do capitalismo para as escolas dão a sensação de que a relação central não é mais estudante-professor mas cliente-prestador de serviço.

Ora, diante disso, não podemos deixar de lembrar da reflexão proposta por Ailton Krenak em “Ideias para adiar o fim do mundo” (2020): somos consumidores ou cidadãos? É preciso buscar inspiração em outras visões de mundo para renovar nossas esperanças de um futuro diferente e nos reenergizar para que sejamos resilientes e resistamos ao movimento destrutivo da força humana de trabalho (LIMEIRA, 2021). Acreditar, às vezes, é a única ferramenta.

Particularmente, pretendo acompanhar de perto as próximas transformações que sem dúvida virão. Espero contribuir com um movimento contrário às garras capitalistas que nos cercam. A bem da verdade, por vezes há a sensação de que o fim do mundo está mais perto que o fim do capitalismo. Ainda assim, resistência

pode ser sinônimo de simplicidade da insistência nas relações e na firme convicção de que são poderosas e transformadoras, senão do mundo ao nosso redor, ao menos das realidades com as quais nos deparamos.

Então, seja como professora, como estudante de pós-graduação, como profissional de espaço não-escolar, como cidadã, será a vontade de me empenhar ao máximo para promover o meu crescimento espiritual e o das pessoas ao meu redor que me moverá, para trazer bell hooks em sua reflexão sobre o amor (2021). Todos nós envolvidos com educação, especialmente professores, devemos assumir a importância atribuída a nós, por vezes da boca para fora. Porém, que possamos fazê-la brotar também nas pessoas com as quais nos relacionarmos. Afinal, são as relações e o tempo que dedicamos a elas o que verdadeiramente conta.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. A crise estrutural do capital e sua fenomenologia histórica. **Blog da Boitempo [online]**, São Paulo, 21 set. 2012. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2012/09/21/a-crise-estrutural-do-capital-e-sua-fenomenologia-historica/#prettyPhoto>>. Acesso em: 22 out. 2023.

ARAÚJO, Hugo Lima et al. O Estado Neoliberal e a Precarização do Trabalho Docente. p. 386-403. *In*: CASTRO, Paula Almeida de, et al. (Org.) **CONEDU**: Escola em tempos de conexões. Campina Grande: Realize, 2022. vol. 3. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/ebooks/conedu/2021/ebook3/TRABALHO_EV150_MD7_SA100_ID9251_01112021201232.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.

BARROSO, Luís Roberto. A Democracia sob pressão: o que está acontecendo no mundo e no Brasil. **Revista CEBRI [Online]**. Ano 1, n. 1, jan-mar 2022. Policy Papers. Disponível em: <<https://cebri.org/revista/br/artigo/23/a-democracia-sob-pressao-o-que-esta-acontecendo-no-mundo-e-no-brasil>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BRAGA, Ruy. **A Política do Precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRASIL. **Lei nº 6.019/1974**. Dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas, e dá outras Providências. Brasília, 3 jan. 1974. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6019.htm>. Acesso em 7 nov. 2023.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 23 out. 2023.

_____. **Lei nº 9.394/1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 22 out. 2023.

_____. **Lei nº 11.738/2008**. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do *caput* do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília, 16 jul. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm. Acesso em: 12 dez. 2023.

_____. **Lei nº 13.429/2017**. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Brasília, 31 mar. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm. Acesso em: 7 Nov. 2023.

_____. **Lei nº 13.467/2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, 14 jul. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 7 nov. 2023.

CARLA, Maria. Em reunião com líderes, SINPRO luta contra vetos do GDF no orçamento 2024. **SINPRO/DF [online]**. 29 nov. 2023. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/loa24/>. Acesso em: 3 dez. 2023.

CATINI, Carolina. A estratégia empresarial na reforma do ensino médio. **A Terra é redonda [online]**. 28 mar. 2023. Educação. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-estrategia-empresarial-na-reforma-do-ensino-medio/>. Acesso em: 23 out. 2023.

CONFIRA os 10 estados e as 9 capitais que pagam salário acima do piso do magistério. **Portal CUT [online]**. 26 jan. 2023. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/confira-os-10-estados-e-as-9-capitais-que-pagam-salario-acima-do-piso-do-magiste-5ee3>. Acesso em: 5 dez. de 2023.

DISTRITO FEDERAL. **Secretaria de Estado de Educação**. Servidores. 5 nov. 2019. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/servidores-3/>. Acesso em: 3 dez. 2023.

_____. **Edital nº 31/2022**. Torna pública a realização de concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva, sob o regime estatutário, em cargos das carreiras Magistério Público e Assistência à Educação da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Brasília, 30 jun. 2022. Disponível em: <https://www.quadrix.org.br/web/visualizar.html?file=https://www.quadrix.org.br/Archi>

ves/General/26736/26737/26739/7F5EA8209E7F/10_SEEDF_concurso_publico_2022_edital_31_abertura_atualizado.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2023.

_____. **Secretaria de Estado de Educação**. Divulgado resultado final do concurso da Secretaria de Educação. Brasília, 27 jul. 2023a. Notícias. Disponível em:

<[_____. **Edital nº 53/2023**. Torna pública a realização de Processo Seletivo Simplificado destinado a selecionar candidatos a professor substituto temporário para integrar o Banco de Reservas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Brasília, 21 set. 2023b. Disponível em: <<https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2021/07/edital-53-21set23-do-df-179-22set23.pdf>>. Acesso em: 11 de nov. 2023.](https://www.educacao.df.gov.br/divulgado-resultado-final-do-concurso-da-secretaria-de-educacao/#:~:text=A%20lista%20com%20os%20nomes,pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas%20e%20gest%C3%A3o%20educacional.>. Acesso em 6 dez. 2023.</p>
</div>
<div data-bbox=)

FAUSTO, Boris. O Regime Militar e a Transição para a Democracia (1964-1990) *In*: FAUSTO, Boris; colaboração de Sérgio Fausto. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021a. 3. ed. 2. reimpr.

FAUSTO, Sérgio. A Modernização Pela Via Democrática (1990-2010) *In*: FAUSTO, Boris; colaboração de Sérgio Fausto. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021b. 3. ed. 2. reimpr.

GALASSI, Vanessa. De Olho no Orçamento de 2024, SINPRO mobiliza para ato na CLDF. **SINPRO/DF [online]**. 30 nov. 2023. Principal. Disponível em: <<https://www.sinprodf.org.br/de-olho-no-orcamento-de-2024-sinpro-mobiliza-para-ato-na-cldf-2/>>. Acesso em: 3 dez. 2023.

HISTÓRIAS DoMeuBrasil. **Chão de Fábrica - Ep 06 Restruuturação produtiva**. YouTube, 31 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jIMwYNpFrEE>>. Acesso em: 10 dez. 2023.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

hooks, bell. Clareza: pôr o amor em palavras. *In*: hooks, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. São Paulo: Elefante, 2021. p. 45-56.

IMPACTO no mercado de trabalho cinco anos depois da reforma trabalhista. **Jornal da USP [online]**. 2 ago. 2022. Atualidades. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/impacto-no-mercado-de-trabalho-cinco-anos-depois-da-reforma-trabalhista/>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

JAPPE, Anselm et. al. **Capitalismo em quarentena: notas sobre a crise global**. São Paulo: Elefante, 2020.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 2020.

LIGAÇÃO entre Governo Lula e Fundação Lemann gera debate sobre conflito de interesses na Educação. **Blog Ricardo Antunes**. 25 set. 2023. Disponível em: <<https://ricardoantunes.com.br/ligacao-entre-governo-lula-e-fundacao-lemann-gera-debate-sobre-conflito-de-interesses-na-educacao/>>. Acesso em: 6 dez. 2023.

LIMEIRA, Jussara Cordeiro. **A constituição e o desenvolvimento da profissionalidade de docentes em contratação temporária no Distrito Federal**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

NUZZI, Vitor. Foco dos atos de 1º de Maio, 'reforma' trabalhista fez crescer trabalho informal. **Brasil de Fato [online]**. 27 abr. 2022. Geral. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/04/27/foco-dos-atos-de-1-de-maio-reforma-trabalhista-fez-crescer-trabalho-informal>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

PIOVESAN, Eduardo; MORAES, Geórgia Moraes. Câmara aprova auxílio de R\$ 600 para pessoas de baixa renda durante epidemia. **Agência Câmara de Notícias**. 26 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/648863-camara-aprova-auxilio-de-r-600-para-pessoas-de-baixa-renda-durante-epidemia>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

QUIRINO, Flávia. Após 22 dias, professores do Distrito Federal decidem encerrar greve. **Brasil de Fato [online]**. 25 mai 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefatodf.com.br/2023/05/25/apos-22-dias-professores-do-distrito-federal-decidem-encerrar-greve>>. Acesso em: 3 dez. 2023.

RAJAB, Yasmin. Justiça suspende concurso da Secretaria de Educação do DF por não atender os critérios de acessibilidade a pessoas surdas. **Correio Braziliense [online]**. 16 nov. 2023. Papo de Concurseiro. Disponível em: <<https://blogs.correiobraziliense.com.br/papodeconcurseiro/justica-suspende-concurso-da-secretaria-de-educacao-do-df-por-nao-atender-os-criterios-de-acessibilidade-a-pessoas-surdas/>>. Acesso em: 6 dez. 2023.

RELEMBRE o que Bolsonaro já disse sobre a pandemia, de gripezinha e país de maricas a frescura e mimimi. **Folha de São Paulo [online]**. 18 mar. 2020. Política. Coronavírus. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/relembre-o-que-bolsonaro-ja-disse-sobre-a-pandemia-de-gripezinha-e-pais-de-maricas-a-frescura-e-mimimi.shtml>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

SEKI, Allan Kenji et al. Professor temporário: um passageiro permanente na Educação Básica brasileira. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 942–959, 2017. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.12i3.014. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/10526>. Acesso em: 2 out. 2023.

SILVA, Amanda Moreira da; MOTTA, Vânia Cardoso da. O precariado professoral e as tendências de precarização que atingem os docentes do setor público. **Roteiro**, Joaçaba, v. 44, n. 3, e20305, jan. 2019. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-60592019000300404&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 2 out. 2023.

SILVA, Carlos. Educação vai convocar concursados neste ano, garante secretária. **Correio Braziliense [online]**. 12 out. 2023. Cidades DF. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2023/10/5133262-educacao-vai-convocar-concursados-neste-ano-garante-secretaria.html>>. Acesso em: 6 dez. 2023.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. Rio de Janeiro: **Mana**, v. 11, n. 2, Oct. 2005, p. 577-591.

TENENTE, Luiza. Quanto ganha o professor? Cidades vão do desrespeito ao piso até salário de R\$ 19 mil. **Portal G1 [online]**. 12 ago. 2023. Educação. Disponível em <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/08/12/quanto-ganha-o-professor-cidade-s-vao-do-desrespeito-ao-piso-ate-salario-de-r-19-mil-veja-onde-voce-mora.ghtml>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

TERRIBILI, Alessandra. Educadores(as) suspendem greve com vitórias importantes. **SINPRO/DF [online]**. 25 mai 2023. Principal. Disponível em: <<https://www.sinprodf.org.br/suspensao-da-greve/>>. Acesso em: 3 dez. 2023.

VIEIRA, Jarbas Santos. Natureza do Trabalho Docente. *In*: VIEIRA, Livia Maria Fraga. **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <<https://gestrado.net.br/dicionario-de-verbetes/#p>> Acesso em: 23 out. 2023.